

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

CONCURSO PÚBLICO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ANÁLISE, REVISÃO E

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDOS

PARA O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO NA LEITURA DO

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

REF.^a 28/000/A/293_2021

PROGRAMA DE CONCURSO

PORTO, 2021

ÍNDICE

Artigo 1.º	3
Objeto do concurso	3
Artigo 2.º	3
Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º	4
Decisão de contratar	4
Artigo 4.º	4
Tipo de procedimento	4
Artigo 5.º	4
Esclarecimentos às peças do procedimento	4
Artigo 6.º	4
Erros e omissões	4
Artigo 7.º	4
Preço base	4
Artigo 8.º	5
Documentos que constituem a proposta	5
Artigo 9.º	6
Apresentação de propostas variantes	6
Artigo 10.º	6
Modo e prazo para apresentação das propostas	6
Artigo 11.º	6
Critério de adjudicação	6
Artigo 12.º	8
Negociação	8
Artigo 13.º	8
Documentos de habilitação	8
Artigo 14.º	8
Agrupamento adjudicatário	8
Artigo 15.º	8
Prazo de manutenção das propostas	8
Artigo 16.º	9
Legislação aplicável	9
ANEXO I	10
ANEXO II	11
ANEXO III	12

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**CONCURSO PÚBLICO PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ANÁLISE, REVISÃO E ELABORAÇÃO DE
CONTEÚDOS PARA O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO NA LEITURA DO
POLITÉCNICO DO PORTO****PROCEDIMENTO REF.º 28/000/A/293_2021****PROGRAMA DE CONCURSO****Artigo 1.º****Objeto do concurso**

O presente concurso público tem por objeto principal a prestação de serviços especializados de análise, revisão e elaboração de conteúdos no âmbito das atividades do Centro de Investigação e Intervenção na Leitura (CiIL) do Politécnico do Porto (P.PORTO), nomeadamente do projeto PPALP (Programa de Promoção da Aprendizagem da Língua Portuguesa) para os Lotes 1 e 2, e das prestações de serviços à CAPES (Lotes 3 e 5) e ao CIM do Baixo Alentejo (Lote 4), compreendendo os seguintes Lotes:

- **LOTE 1** – Serviços especializados para análise e seleção de tarefas de intervenção CiIL, ao nível das competências pré-leitoras; proposta à equipa das tarefas a adaptar em modo digital; levantamento no panorama nacional de recursos digitais e físicos para a intervenção na promoção da consciência fonológica, ao nível das unidades supra-fonémicas e fonémicas.
- **LOTE 2** – Serviços especializados para análise e seleção de tarefas de intervenção CiIL, ao nível das competências leitoras; proposta à equipa das tarefas a adaptar em modo digital; levantamento no panorama nacional de recursos digitais e físicos para a intervenção na promoção das relações letra som, descodificação alfabética e ortográfica.
- **LOTE 3** – Serviços especializados para tratamento e análise de dados relativos a crianças em risco quanto a competências pré-leitoras e leitoras.
- **LOTE 4** – Serviços especializados para elaboração de estudo comparativo da existência de competências pré-leitoras e leitoras em crianças em idade pré-escolar e escolar no território nacional; elaboração de documentação de referência.
- **LOTE 5** – Serviços especializados para construção de ações de formação e de capacitação de agentes educativos e clínicos para a aplicação de metodologias CiIL; coordenação e implementação da formação dos agentes educativos e clínicos.

Artigo 2.º**Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é o Instituto Politécnico do Porto (NIF: 503 606 251), abreviadamente designado por P.PORTO, sito na Rua Dr. Roberto Frias, n.º 712, 4200-465 Porto, com o número de telefone 225 571 000, fax 225 020 772, com o endereço de correio eletrónico centralcompras@sc.ipp.pt e plataforma eletrónica **acinGov**, acessível no sítio eletrónico <https://www.acingov.pt>.

Artigo 3.º**Decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Senhor Presidente do P.PORTO, João Manuel Simões da Rocha, no uso de competência própria, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 17.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho.

Artigo 4.º**Tipo de procedimento**

Concurso Público sem publicidade internacional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 5.º**Esclarecimentos às peças do procedimento**

1. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação do presente programa e caderno de encargos devem ser solicitados por escrito, através da Plataforma Eletrónica de Contratação **acinGov**, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, pelo P.PORTO, através da Plataforma Eletrónica de Contratação **acinGov**, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados pelo P.PORTO e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto todos os interessados e publicitado na Plataforma Eletrónica de Contratação **acinGov**, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 1 a 3 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º**Erros e omissões**

1. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar ao P.PORTO, através da plataforma **acinGov**, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por eles detetados.
2. A lista com a identificação dos erros e das omissões detetados, bem como a decisão prevista na alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP, será junta às peças do presente procedimento e proceder-se-á à notificação das mesmas a todos os interessados, através da plataforma **acinGov**.

Artigo 7.º**Preço base**

1. O preço base para efeitos do presente concurso é de **€26.364,70 (vinte e seis mil, trezentos e sessenta e quatro euros e setenta cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, distribuído por lotes do seguinte modo:

- a) **Lote 1 – €2.764,35** (dois mil e setecentos e sessenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos)
- b) **Lote 2 – €2.764,35** (dois mil e setecentos e sessenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos)
- c) **Lote 3 – €2.562,00** (dois mil e quinhentos e sessenta e dois euros)
- d) **Lote 4 – €8.020,00** (oito mil e vinte euros)
- e) **Lote 5 – €10.254,00** (dez mil e duzentos e cinquenta e quatro euros)

2. Este procedimento foi precedido de consulta preliminar, como previsto no artigo 35.º –A do CCP.

Artigo 8.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta será instruída, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, com os seguintes documentos:
 - a) De acordo com a alínea a) do n.º 1 do Artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar declaração do Anexo I ao CCP (Anexo I do presente Programa), a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - i) Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes;
 - b) De acordo com a alínea b) do n.º 1, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, o concorrente deverá apresentar os documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
 - c) A proposta a apresentar deve especificar, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, os seguintes elementos:
 - i. Referência do(s) lote(s) a que concorre; preços unitários, preço total por lote e preço total da proposta;
 - ii. Recursos humanos a afetar à prestação de serviços;
 - iii. Curriculum vitae detalhado dos recursos humanos propostos, anexando documentos e/ou certificados comprovativos das informações e qualificações declaradas;
 - d) O concorrente poderá apresentar quaisquer outros documentos que considere indispensáveis para complementar a proposta, designadamente na parte relativa aos respetivos atributos.
2. A proposta, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletrónica, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, podendo os concorrentes verificar as entidades certificadoras credenciadas junto do Gabinete Nacional de Segurança (no sítio <https://www.gns.gov.pt/trusted-lists.aspx>, na listagem "Trusted List"). As assinaturas

deverão ser identificadas, de forma legível, com os nomes a quem pertencem e da qualidade em que são feitas.

3. Quando o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.
4. Tratando-se de um agrupamento concorrente, os documentos apresentados em conjunto deverão ser assinados por representantes de todas as entidades do agrupamento, através das pessoas com poderes para obrigar, ou pelo representante comum de todas as entidades membros do agrupamento, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros.
5. Na proposta, o concorrente deve indicar, obrigatoriamente, os seguintes elementos:
 - a) Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluem o IVA;
 - b) As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando o respetivo valor e a taxa aplicável, entendendo-se, na falta daquela menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
6. Os documentos a que se referem os números anteriores são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem rasuras, emendas, palavras riscadas ou entrelinhas não ressalvadas.

Artigo 9.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.º

Modo e prazo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica **acinGov**, acessível no sítio eletrónico "<https://www.acingov.pt>", até às **23h59m** do **9.º dia**, a contar da data de envio do anúncio para publicação no Diário da República.
2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto nos números anteriores, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do art.º 62.º do CCP.
3. São consideradas nulas e de nenhum efeito quaisquer reservas ou condicionamentos feitos por um concorrente em quaisquer documentos que integram as propostas.

Artigo 11.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada lote a lote, segundo o critério da proposta que apresente a melhor relação qualidade/preço, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, aplicando-se, para cada lote, a fórmula descrita no n.º 2 do presente artigo.
2. Classificação final = Preço x 0,3 + Qualidade x 0,7, sendo arredondada a 2 casas decimais

$$a) \text{ Preço} = 80 + \left[\left(\frac{(V_{max} - V_p)}{V_{max} - V_{min}} \right) \right] \times 20$$

$V_{\max}$ = Preço Base do lote

$V_{\min}$ = 80% do Preço Base do lote

V_p é o valor da proposta do lote

Se $V_p < V_{\min}$, então Preço = 100

Preço: arredondado a 3 casas decimais, com o valor mínimo de 80 e máximo de 100

b) **Qualidade** = avaliação curricular (A+B+C+D+E+F+G)

3. O Modelo de Avaliação de Qualidade consta do Anexo III ao presente Programa do Concurso;
4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão critérios de desempate as classificações obtidas, pela ordem seguinte:
 - (1) Experiência profissional ou em contexto de estágio em projetos de investigação-ação de promoção das competências pré-leitoras e leitoras;
 - (i) Em contexto de estágio
 - (ii) Em contexto de experiência profissional
 - (2) O número de horas de experiência em contexto pré-escolar e de 1.º ciclo na administração e cotação de testes de avaliação das competências pré-leitoras e leitoras na área da leitura, preferência pelos testes TL-ALPE, TFF-ALPE e ALEPE.
 - (3) Autoria de publicação/ões científicas na área da promoção das competências pré-leitoras e leitoras.
5. Mantendo-se o empate, será realizado um sorteio de entre as propostas melhor classificadas e relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes moldes:
 - a) Com o Relatório Final, o Júri notifica os concorrentes graduados em primeiro lugar com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - b) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - c) Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração pelo Presidente do Júri, ou nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo;
 - d) A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem de extração efetuada;
 - e) Do sorteio realizado será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do Júri do procedimento presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais;
 - f) Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

Artigo 12.º**Negociação**

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 13.º**Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar, no prazo de **5 dias**, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:
 - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, conforme modelo constante do Anexo II ao presente programa de concurso (cfr. Anexo II do CCP);
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, os quais deverão obedecer ao previsto no art.º 83.º-A do CCP;
 - c) Certidão de Registo Comercial ou documento legalmente equivalente;
2. O adjudicatário deve apresentar através da plataforma indicada no artigo 2.º do presente Programa de Concurso, a reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior.
3. Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos no n.º 1, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu, que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
4. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos referidos no n.º 1 devem ser apresentados por todos os seus membros.
5. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
6. No caso de deteção de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no art.º 86.º do CCP, o adjudicatário possui mais 3 dias, após notificação da deteção das referidas irregularidades, para supressão das mesmas.

Artigo 14.º**Agrupamento adjudicatário**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Consórcio Externo.

Artigo 15.º**Prazo de manutenção das propostas**

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de **120 dias** a contar da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 16.º**Legislação aplicável**

Em tudo o que se revelar omissa no presente Programa de Procedimento e se não mostrar incompatível com o Clausulado e especificidades do mesmo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação atual, e restante legislação aplicável.

ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 8.º do Programa do Concurso)

Modelo de Declaração – Anexo I do CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1 – (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo–quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga –se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 13.º do Programa do Concurso)

Modelo de Declaração – Anexo II do CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de Avaliação

CRITÉRIO	VALOR MÁXIMO	DESCRIÇÃO E PONDERAÇÃO							
A	10	Formação pós graduada em área relevante (Linguagem e/ou Leitura)							
		Pós-Graduação em área relevante	Mestrado em área relevante	Doutoramento em área relevante					
		1	3	7					
B	15	Experiência profissional ou em contexto de estágio em projetos de investigação-ação de promoção das competências pré-leitoras e leitoras							
		Exp contexto estágio			Experiência em contexto profissional				
		>350h<700h	>700h<2000h	>2000h	>350h<700h	>700h<2000h	>2000h		
		0,5	2	3,25	2	3	4,25		
C	15	Autoria de publicação/ões científicas na área da promoção das competências pré-leitoras e leitoras							
		Publicação Congresso (ponderação por unidade)	Revista nacional (ponderação por unicdade)	Revista internacional (ponderação por unidade)					
		0,3	2,5	5,5					
D	15	Experiência em contexto pré-escolar e de 1º ciclo na administração e cotação de testes de avaliação das competências pré-leitoras e leitoras na área da leitura, preferência pelos testes TL-ALPE, TFF-ALPE e ALEPE.							
		Exp pré-escolar			Exp 1º ciclo			Valorização ALPE	Valorização ALEPE
		>30h < 50h	>50h<100h	>100h	>30h < 50h	>50h<100h	>100h		
		0,5	2	4,5	0,5	2	4,5	3	3
E	15	Formação em administração e cotação de testes de avaliação da linguagem e da leitura, preferência pelos testes TL-ALPE, TFF-ALPE e ALEPE							
		Formação TL-ALPE	Formação TFF-ALPE	Formação ALEPE	Formação outros				
		4	3	8	3				
F	15	Experiência na utilização de <i>software</i> de apoio à aprendizagem da leitura, em particular o Graphogame Português Alicerce e o Software Eu Leio							
		Experiência <i>software</i> Eu leio			Exp outros <i>softwares</i> de apoio à aprendizagem leitura				
		>50h < 75h	> 75 h< 200h	> 200h	>50h < 75h	> 75h < 200h	> 200h		
		4	8	15	1	2	3		
G	15	Experiência ao nível da intervenção especificamente direcionada para a promoção da consciência fonémica em contexto da educação pré-escolar e do primeiro ciclo							
		Ensino Pré-Escolar			1º ciclo				
		>200h < 300h	> 300h < 700h	> 700h	>200h < 300h	> 300h < 700h	> 700h		
		2	4	7,5	2	4	7,5		